

FASE FINAL DE PROJECTO DE PLANO

# PLANO DE PORMENOR “VILAGIORGI”

(PPV)

## PROGRAMA DE EXECUÇÃO



FUNCHAL, MAIO 2010

# PLANO DE PORMENOR “ VILAGIORGI”

## PROGRAMA DE EXECUÇÃO

### 1 – INTRODUÇÃO

O Plano de Pormenor Vilagiorgi, publicado no Diário da República, 2ª série, nº8, de 13 de Janeiro de 2009, foi elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, o Decreto legislativo Regional nº8ª/2001/M, de 20 de Abril, diploma que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 53/2000, de 7 de Abril e 310/2003, de 10 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 316/2007, de 19 de Setembro.

Estatui o artigo nº 119, do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, sob a epígrafe sistemas de execução, que os planos são executados através dos sistemas de compensação, cooperação e de imposição administrativa, e que a execução dos planos através dos sistemas referidos, desenvolver-se-á no âmbito de Unidades de Execução.

Estas unidades de execução, em conformidade com o disposto no artigo nº120 deste mesmo diploma legal, devem contemplar a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos (perequação).

### 2 – SISTEMA DE EXECUÇÃO

Nesta conformidade, o presente plano definiu uma unidade de execução (UE), sendo executado através do sistema de cooperação, onde os direitos e as

obrigações para todas as propriedades inseridas na UE são estabelecidos em contrato de urbanização, conforme definido no artigo nº123 do RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e que poderão assumir as seguintes modalidades:

- a) Contrato de urbanização entre os proprietários ou os promotores da intervenção urbanística na sequência da iniciativa municipal;
- b) Contrato de urbanização entre o município, os proprietários ou os promotores da intervenção urbanística e, eventualmente, outras entidades interessadas na execução do plano.

### **3 – PRAZO DE EXECUÇÃO**

O Plano de Pormenor Vilagiorgi tem um prazo de execução de 10 anos.

O prazo assim estipulado está adequado à concretização dos objectivos operacionais por ele traçados.

### **4 – COMPENSAÇÕES AO MUNICÍPIO**

O cálculo do Sistema de Perequação compensatória, para a Unidade de Execução, encontra-se no Anexo II – Tabelas do Mecanismo de Perequação Compensatória, sendo que as compensações dever-se-ão proceder da seguinte forma:

- 1 – As compensações em espécie e numerário serão sempre determinadas em Contrato de Urbanização;
- 2 – As compensações por perequação, devidas pelos proprietários, cuja área de cedência efectuada seja inferior à área de cedência média deverão ser pagas em numerário ou em espécie aquando da emissão do alvará.
- 3 – As compensações pagas em espécie poderão efectuar-se através da entrega de prédios urbanos, suas fracções, prédios rústicos, lotes, edificações e direitos de superfície do solo;

4 – As compensações em espécie poderão ser avaliadas nos termos e condições fixados no artigo 36º do Regulamento Municipal da Câmara Municipal do Funchal;

5 – As compensações em numerário poderão ser determinadas pela Câmara Municipal do Funchal, por sua iniciativa ou a pedido do interessado.

6 – As compensações ao Município por parte dos promotores serão: o valor determinado em contrato de urbanização da Área de Cedência Final ao Município, patente no Quadro nº4 do Anexo II (Cálculo da Área de Cedência Devida ao Município para Espaços Públicos) mais os encargos de urbanização determinados pelo valor das obras de execução do jardim público proposto mais o custo do material de acabamento da pavimentação do arruamento proposto.

#### **4.1 – CONTRATOS DE URBANIZAÇÃO A CELEBRAR COM AS ENTIDADES QUE DEVEM COMPENSAR O MUNICÍPIO**

1. No sistema de cooperação, e de acordo com o artigo nº123 do Decreto-Lei nº380/99, a iniciativa de execução do plano pertence ao município, com a cooperação dos particulares interessados, actuando coordenadamente, de acordo com a programação estabelecida pela câmara municipal e nos termos do adequado instrumento contratual.

2. Os direitos e as obrigações das partes são definidos por contratos de urbanização, que pode assumir as seguintes modalidades:

a) Contrato de urbanização, entre os proprietários ou os promotores da intervenção urbanística, na sequência da iniciativa municipal;

b) Contrato de urbanização, entre o município, os proprietários ou os promotores da intervenção urbanística e, eventualmente, outras entidades interessadas na execução do plano.

3. A celebração dos contratos de urbanização, verifica-se para as parcelas sujeitas aos mesmos (P16/17/18/19), e deve ser efectuada entre 7 e 14 dias após a entrada em vigor do PPV antes da emissão dos Alvarás de Escavação / Contenção e ou Alvará de Construção.

## **5 - COMPENSAÇÕES PELO MUNICÍPIO**

1. As compensações, por perequação, devidas aos proprietários, serão cobertas pelas cedências devidas ao município por parte dos promotores.
2. As compensações terão lugar aquando da emissão do alvará.

### **5.1 – CONTRATOS DE URBANIZAÇÃO A CELEBRAR COM AS ENTIDADES QUE DEVEM SER COMPENSADAS PELO MUNICÍPIO**

1. No sistema de cooperação, e de acordo com o artigo nº123 do Decreto-Lei nº380/99, a iniciativa de execução do plano pertence ao município, com a cooperação dos particulares interessados, actuando coordenadamente, de acordo com a programação estabelecida pela câmara municipal e nos termos do adequado instrumento contratual.
2. Os direitos e as obrigações das partes são definidos por contratos de urbanização, que pode assumir as seguintes modalidades:
  - a) Contrato de urbanização, entre os proprietários ou os promotores da intervenção urbanística, na sequência da iniciativa municipal;
  - b) Contrato de urbanização, entre o município, os proprietários ou os promotores da intervenção urbanística e, eventualmente, outras entidades interessadas na execução do plano.
3. Nos contratos de urbanização terão de ser patentes as condições de cumprimento do nº1 do ponto 5 deste Programa de Execução.

## **6 – CÁLCULO DA PEREQUAÇÃO COMPENSATÓRIA**

1. Os cálculos de perequação compensatória estão definidos no Anexo II deste programa de execução e foram calculadas através da Área de Cedência Média (ACM), de acordo com o disposto no artigo 141º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);
2. Na Unidade de Execução do Plano apenas são contabilizadas áreas brutas de construção emergentes, em virtude das caves serem opcionais;

3. As compensações resultantes do cálculo da Área de Cedência Média (ACM) Serão efectuadas conforme os seguintes passos:

**a) 1º Passo**

Para cada propriedade pertencente à Unidade de Execução são medidas as áreas efectivas de execução do Plano, nomeadamente: áreas de cadastro, áreas de cedência ( do direito de superfície para uso público e do direito de propriedade cadastral ) e a área de implantação.

É ainda determinado o índice de ocupação do solo sobre o terreno original.

**b) 2º Passo**

Determinação do Direito de Edificação sobre os terrenos da Unidade de Execução através da diferença entre a Área de Construção Emergente Existente e a Área de Construção Emergente Proposta, determinando-se o Índice de Utilização do Solo sobre o terreno original.

**c) 3º Passo**

Calculo do Índice da Área de Cedência Média (ACM) para a Unidade de Execução, através da seguinte fórmula:

$$ACM = (ACA.EVU) : (\sum DRE.A\ TOTAL(px))$$

Sendo que:

ACM é o resultado da fórmula que simboliza o índice “Área de Cedência Média” para Espaços Verdes de Utilização Colectiva que deverá ser aplicado à área bruta de construção adquirida (DRE.A TOTAL(px)) de cada propriedade inserida na Unidade de Execução.

ACA.EVUC é a Área de Cedência Abstracta para Espaços Verdes e Urbanos de Utilização Colectiva total para a Unidade de Execução, calculada em função de

que por cada 100m<sup>2</sup> de área bruta de construção adquirida deverão ser cedidos ao município 17,5097 m<sup>2</sup> de área de utilização colectiva ( Portaria 9/95/M do Governo Regional ).

Σ DRE.A TOTAL é o somatório dos metros quadrados de área bruta de construção adquirida em resultado das operações de edificação possibilitadas pelo Plano para cada todas as propriedades.

#### **d) 4º Passo**

Calculo da área de Cedência Devida ao Município (ACD.Mun) para Espaços Verdes e de Utilização Colectiva na Unidade de Execução, para cada propriedade da Unidade de Execução, através da seguinte fórmula:

$$ACD.Mun (px) = ACA.EVU (px) - ACE.EVU (px)$$

Sendo que:

ACD.Mun (px) é resultado da fórmula que expressa em metros quadrados a área de cedência devida ao município para Espaços Verdes e de Utilização Colectiva por cada propriedade.

ACA.EVU (px) é a Área de Cedência Abstracta para Espaços Verdes e Urbanos de Utilização Colectiva com que cada propriedade deveria contribuir em função do seu DRE.A TOTAL. Obtém-se com a aplicação do ACM ao DRE.A TOTAL de cada propriedade inserida na Unidade de Execução.

ACE.EVU (px) é a Área de Cedência Efectiva para Espaços Verdes e Urbanos de Utilização Colectiva com que cada propriedade efectivamente contribui pelas opções do Plano.

As formas de compensação resultantes do valor obtido pelo ACD.Mun são as estipuladas no artigo 141º do RJIGT e no Quadro 05 do Anexo II do Cálculo da Perequação Compensatória.

## **7 – SISTEMA DE PEREQUAÇÃO**

Quadro 1 Anexo I - Direito da Propriedade sobre Terrenos da Unidade de Execução

Quadro 2 Anexo I - Direito de Edificação (Construção) sobre Terrenos da Unidade de Execução

Quadro 1 Anexo II - Passo 01 - Medição de Áreas Efectivas de Execução (Cadastrros, Cedências, Implantação e Construção Emergente) na Unidade de Execução

Quadro 2 Anexo II - Passo 02 - Cálculo do Direito Real de Edificação Adquirido EMERGENTE (DRE.A Emergente)

Quadro 3 Anexo II - Passo 03 - Cálculo do índice ACM (Área de Cedência Média) na Unidade de Execução

Quadro 4 Anexo II - Passo 04 - Cálculo da Área de Cedência para Espaços Públicos devida ao Município na Unidade de Execução

Quadro 5 Anexo II - Passo 05 - Cálculo de Compensações entre CMF e Privados na Unidade de Execução

Quadro 6 Anexo II - Passo 06 - Cálculo das Compensações Alternativas entre CMF e Privados na Unidade de Execução



QUADRO 01

ÁREAS GERAIS E ÍNDICES PARA AS PROPRIEDADES DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

UNIDADE DE EXECUÇÃO (UE)

Direito da Propriedade sobre Terrenos da Unidade de Execução

Áreas de Cadastro, Concessões, Cedências e Implantação (e respectivos índices)

REFERENCIA DE PROPRIEDADES	PROPRIETÁRIO	ÁREA DE CADASTRO			ÁREA DE CEDÊNCIA DE SUPERFÍCIE			ÁREA DE CEDÊNCIA EFECTIVA			ÁREA DE IMPLANTAÇÃO			ÍNDICE IMPLANTAÇÃO	
		EXISTENTE	Cedências  Cadastrais	FINAL  (após cedências)  PARA EFEITOS DE  REGISTO PREDIAL	(Cedência do Direito de Superficie para Uso Público)			(Cedência do Direito de Propriedade Cadastral)			EXISTENTE	PROPOSTO	DIFERENÇA  entre  proposto e  existente	(sobre o terreno original)	
					Espaço Semi-Público		TOTAL  CED. SUPERF.  por parcela	Espaço Público		TOTAL  CED. EFACT.  por parcela				EXISTENTE	PROPOSTO
					Espaç Adjacentes  de Passagem	Espaç Adjacentes  de Estadia		Arruamentos e  Passeios	Áreas Verdes e  Equipamentos						
		(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	%	%
P16,17,18,19 *	xxxxxxx	8.090,00	0,00	8.090,00	409,40	0,00	409,40	0,00	0,00	0,00	3.726,82	6.235,95	2.509,13	0,46	0,77
P26	xxxxxxx	189,00	189,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189,00	0,00	189,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P28	xxxxxxx	2.155,00	1.830,90	324,10	0,00	0,00	0,00	406,20	1.424,70	1.830,90	94,00	94,00	0,00	0,04	0,04
P31	xxxxxxx	155,00	155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155,00	0,00	155,00	84,00	0,00	-84,00	0,54	0,00
TOTAL	PPV	10.589,00	2.174,90	8.414,10	409,40	0,00	409,40	750,20	1.424,70	2.174,90	3.904,82	6.329,95	2.425,13	0,37	0,60

\* Resulta da anexação das quatro propriedades numa única ( artigo provisório nº 3625 )

QUADRO 02

ÁREAS GERAIS E ÍNDICES PARA AS PROPRIEDADES DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

UNIDADE DE EXECUÇÃO (UE)

Direito de Edificação (Construção) sobre Terrenos da Unidade de Execução

PISOS EMERGENTES - Áreas Brutas de Construção, Índices de Construção e Número de Pisos

REFERENCIA DE PROPRIEDADES	PROPRIETÁRIO	ÁREA DE CONSTRUÇÃO EMERGENTE									ÍNDICE CONSTRUÇÃO		NÚMERO DE PISOS		
		EXISTENTE	PROPOSTO (PARCIAIS)						PROPOSTO	DIFERENÇA  entre  proposto e  existente	sobre o terreno original		(Emergentes)		
			TOTAL	Piso 0	Piso 1	Piso 2	Piso 3	Piso 4			Piso 5	EXISTENTE	PROPOSTO	Exist.	Prop.
		(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	%	%	(nº)	(nº)	
P16,17,18,19 *	xxxxxxx	8.368,55	3.269,42	3.921,91	3.319,69	2.980,16	2.154,54	1.270,76	16.916,48	8.547,93	1,03	2,09	6	6	
P26	xxxxxxx	366,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-366,00	1,94	0,00	0	0	
P28	xxxxxxx	188,00	116,00	116,00	94,00	0,00	0,00	0,00	326,00	138,00	0,09	0,15	2	3	
P31	xxxxxxx	84,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-84,00	0,54	0,00	1	0	
TOTAL	PPV	9.006,55	3.385,42	4.037,91	3.413,69	2.980,16	2.154,54	1.270,76	17.242,48	8.235,93	0,85	1,63	-	-	

UNIDADE EXECUÇÃO (UE)

PEREQUAÇÃO - ÁREA DE CEDÊNCIA MÉDIA (ACM)

de acordo com o estipulado no artº 141º do RJIGT (Decreto-Lei 380/99 alterado e republicado pelo Decreto-Lei 46/2009)

QUADRO 01

Quadro Geral de Áreas

REFERENCIA DE PROPRIEDADES	PROPRIETÁRIO	ÁREA DE CADASTRO			ÁREA IMPLANTAÇÃO		ÁREA BRUTA CONSTRUÇÃO			
		EXISTENTE	CEDÊNCIAS	FINAL	EXISTENTE	PROPOSTO	EMERGENTE			
							(PARA EFEITOS DO CÁLCULO DO IMU)***			
							EXISTENTE	PROPOSTO	Nº PISOS	
									Exist	Prop.
(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	(m2)	Exist	Prop.	
P16,17,18,19 *	xxxxxxx	8.090,00	0,00	8.090,00	3.726,82	6.235,95	8.368,55	16.916,48	6	6
P26	xxxxxxx	189,00	189,00	0,00	0,00	0,00	366,00	0,00	0	0
P28	xxxxxxx	2.155,00	1.830,90	324,10	94,00	94,00	188,00	326,00	2	3
P31	xxxxxxx	155,00	155,00	0,00	84,00	0,00	84,00	0,00	1	0
TOTAIS	UNIDADE EXECUÇÃO	10.589,00	2.174,90	8.414,10			9.006,55	17.242,48	-	-

\* Resulta da anexação das quatro propriedades numa única ( artigo provisório nº 3625 )

\*\*\* segundo o definido nos nºs 3 e 4, do artigo 139

OBS: ABC EM CAVE NÃO É CONTABILIZADA P.

PPVG

Plano de Pormenor Vila Giorgi

ABC

Área Bruta de Construção

ICB.R

Índice de Construção Bruto - Real

IMU

Índice Médio de Utilização (índice)

ACE

Área de Cedência Efectiva

ACM

Área de Cedência Média (índice)

ACA

Área de Cedência Abstracta (dever abstracto)

ACA.EVU

Área de Cedência Abstracta para Espaços Verdes e Urbanos

ACE

Área de Cedência Efectiva (dever real)

ACE.EVU

Área de Cedência Efectiva para Espaços Verdes e Urbanos

ACD.Mun

Área de Cedência Devida ao Município

ACF.Mun

Área de Cedência Final ao Município

UNIDADE EXECUÇÃO

PEREQUAÇÃO - ÁREA DE CEDÊNCIA MÉDIA (ACM)

de acordo com o estipulado no artº 141º do RJGT (Decreto-Lei 380/99 alterado e republicado pelo Decreto-Lei 46/2009)

QUADRO 02

Cálculo da Área Bruta de Construção NOVA

QUADRO 03

Cálculo da Área Cedência Média (ACM)

QUADRO 04

Cálculo da Área Cedência Devida ao Município para Esp. Púb.

REFERENCIA DE PROPRIEDADES	PROPRIETÁRIO	A	B	A - B		ACA.EVU (m2)	ACM		ACM		ACA.EVU	ACE.EVU	ACD.Mun
		ÁREA BRUTA	ÁREA BRUTA	ÁREA BRUTA	ÁREA BRUTA	Área Cedencia Abstracta	(índice)		(índice)	ÁREA BRUTA	(ACM x ABC Nova)	(Ced. Esp. Pub.)	(ACA.EVU - ACE.EVU)
		CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO	CONSTRUÇÃO					CONSTRUÇÃO			
		TOTAL	EXISTENTE	NOVA	NOVA	Esp. Verd. e Urb. Utiliz. Colect.				NOVA			(DvAbst - DvReal)
		(possibilitada	(ou já aprovada)			(100 m2 ABC => 26,4 m2 ACE)					(Área de Terreno)	(Área de Terreno)	
		pelo plano)											
		(m2)	(m2)	(m2)	(m2)					(m2)	(m2)	(m2)	(m2)
P16,17,18,19 *	xxxxxxx	16.916,48	8.368,55	8.547,93	8.547,93				0,264	8.547,93	2.257,29	0,00	2.257,29
P26	xxxxxxx	0,00	366,00	-366,00	-366,00				0,264	-366,00	-96,65	189,00	-285,65
P28	xxxxxxx	326,00	188,00	138,00	138,00				0,264	138,00	36,44	1.830,90	-1.794,46
P31	xxxxxxx	0,00	84,00	-84,00	-84,00				0,264	-84,00	-22,18	155,00	-177,18
TOTAL	UNIDADE EXECUÇÃO	17.242,48	9.006,55	8.235,93	8.235,93	2.174,90	0,264	-	8.235,93	2.174,90	2.174,90	0,00	

\* 366 m2 = area de construção permitida pelo PDM neste terreno vazio

3º do \* Resulta da anexação das quatro propriedades numa única ( artigo provisório nº 3625 )

PARA IMU

PPVG	Plano de Pormenor Vila Giorgi
ABC	Área Bruta de Construção
ICB.R	Índice de Construção Bruto - Real
IMU	Índice Médio de Utilização (índice)

ACE	Área de Cedência Efectiva
ACM	Área de Cedência Média (índice)
ACA	Área de Cedência Abstracta (dever abstracto)
ACA.EVU	Área de Cedência Abstracta para Espaços Verdes e Urbanos
ACE	Área de Cedência Efectiva (dever real)
ACE.EVU	Área de Cedência Efectiva para Espaços Verdes e Urbanos
ACD.Mun	Área de Cedência Devida ao Município
ACF.Mun	Área de Cedência Final ao Município

UNIDADE EXECUÇÃO

PEREQUAÇÃO - ÁREA DE CEDÊNCIA MÉDIA (ACM)

de acordo com o estipulado no artº 141º do R.JIGT (Decreto-Lei 380/99 alterado e republicado pelo Decreto-Lei 46/2009)

QUADRO 05

Compensações com o Município (m2)

REFERENCIA DE PROPRIEDADES	PROPRIETÁRIO	ACD.Mun  (ACA.EVU - ACE.EVU)  (Área de Terreno)  (m2)	Área de terreno:	Proprietário  deve:	Modo de Compensação  Alternativa
P16,17,18,19 *	xxxxxxx	2.257,29	em falta	compensar Município	em espécie
P26	xxxxxxx	-285,65	em excesso	ser compensado	compra ou permuta
P28	xxxxxxx	-1.794,46	em excesso	ser compensado	compra ou permuta
P31	xxxxxxx	-177,18	em excesso	ser compensado	compra ou permuta
TOTAIS	UNIDADE EXECUÇÃO	0,00	-	-	-

QUADRO 06

Compensações Alternativas (Áreas de Terreno)

REFERENCIA DE PROPRIEDADES	PROPRIETÁRIO	ACD.Mun  (ACA.EVU - ACES.EVU)  (Área de Terreno)  (m2)		compensação  alternativa por  Área de Terreno  (m2)
P16,17,18,19 *	xxxxxxx	2.257,29	<=>	2257,29
P26	xxxxxxx	-285,65	<=>	-285,65
P28	xxxxxxx	-1.794,46	<=>	-1794,46
P31	xxxxxxx	-177,18	<=>	-177,18
TOTAIS	UNIDADE EXECUÇÃO	0,00	<=>	0,00

\* Resulta da anexação das quatro propriedades numa única ( artigo provisório nº 3625 )

PPVG

Plano de Pormenor Vila Giorgi

ABC

Área Bruta de Construção

ICB.R

Índice de Construção Bruto - Real

IMU

Índice Médio de Utilização (índice)

ACE

Área de Cedência Efectiva

ACM

Área de Cedência Média (índice)

ACA

Área de Cedência Abstracta (dever abstracto)

ACA.EVU

Área de Cedência Abstracta para Espaços Verdes e Urbanos

ACE

Área de Cedência Efectiva (dever real)

ACE.EVU

Área de Cedência Efectiva para Espaços Verdes e Urbanos

ACD.Mun

Área de Cedência Devida ao Município

ACF.Mun

Área de Cedência Final ao Município

UNIDADE EXECUÇÃO

PEREQUAÇÃO - ÁREA DE CEDÊNCIA MÉDIA (ACM)

de acordo com o estipulado no artº 141º do RJGT (Decreto-Lei 380/99 alterado e republicado pelo Decreto-Lei 46/2009)

QUADRO 07

Cálculo do IMU para efeitos de avaliação

	PROPRIETÁRIO	A	B	(B : A)	
		ÁREA DE  CADASTRO  EXISTENTE  (Área de Terreno)  (m2)	ÁREA BRUTA  CONSTRUÇÃO  TOTAL  (possibilitada pelo plano)  (m2)	ÍNDICE DE  CONSTRUÇÃO  BRUTO  (possibilitado pelo plano)	IMU  (índice)
P16,17,18,19 *	xxxxxxx	8.090,00	16916,48	2,09	1,63
P26	xxxxxxx	189,00	0,00	0,00	1,63
P28	xxxxxxx	2.155,00	326,00	0,15	1,63
P31	xxxxxxx	155,00	0,00	0,00	1,63
TOTAIS	UNIDADE EXECUÇÃO	10.589,00	17.242,48	-	-

COMPARAÇÃO DE ÍNDICES DE CONSTRUÇÃO		
EXISTENTE  (ou já aprovado)	PROPOSTO  (possibilitado pelo plano)	IMU
1,03	2,09	1,63
1,94	0,00	1,63
0,09	0,15	1,63
0,54	0,00	1,63
-	-	-

OBSERVAÇÃO:

A ÁREA BRUTA DE CONSTRUÇÃO EM CAVE NÃO É CONTABILIZADA PARA IMU

(segundo o definido nos nºs 3 e 4, do artigo 139º do RJGT)

UNIDADE EXECUÇÃO

PEREQUAÇÃO - ÁREA DE CEDÊNCIA MÉDIA (ACM)

COMPENSAÇÃO AO MUNICÍPIO

A fórmula para efeito de contrato de urbanização deverá ser:

$\Sigma =$

valor apurado na perequação

+

orçamento do jardim

+

orçamento do arruamento norte